

Métodos Participativos na Extensão Pesqueira: O Caso da Barra do Jucu, Vila Velha, ES.

AOKI, Pierângeli, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, pieraoki@gmail.com; CUNHA, Lucimar. Universidade Federal de Viçosa, Ecomar-ES Organização Socioambiental, lucimar.cunha@gmail.com; CUNHA, Kátia. Ecomar-ES Organização Socioambiental, kscunha2000@hotmail.com

Resumo

Este ensaio teórico-metodológico busca mostrar a introdução do uso de metodologias participativas na intervenção dos mediadores sociais da Extensão Pesqueira na comunidade pesqueira da Barra do Jucu, Vila Velha, ES, bem como o resultado do trabalho desenvolvido pelos extensionistas, que culminou com a construção integrada de um planejamento organizacional dos pescadores e fortalecimento do grupo a partir da compreensão do conceito de cidadania participativa.

Palavras-chave: Pesca, comunidade tradicional, metodologias participativas.

Contexto

Os pescadores da Barra do Jucu, comunidade de Vila Velha, ES, há mais de duzentos anos pescam na Praia da Concha, em embarcações a remo, utilizando as mesmas artes de pesca de seus antepassados. Nos primórdios pescavam no Rio Jucu e no estuário, porém com o aumento populacional da região, o Rio passou a ser degradado por lixo e esgoto, gerando poluição e assoreamento, o que priorizou a pescaria no mar. Porém, suas águas poluídas deságuam no mar, contribuindo para a escassez do pescado, agravada pela destruição do estuário local, berçário natural dos peixes. Este fato é confirmado pela fala dos pescadores quando alegam que “antigamente, quando o mar tava bravo, a gente pescava no Rio Jucu, agora não tem mais peixe, só lixo”, portanto “só o governo pode melhorar o Rio, a Barra do Jucu não tem esgoto e o esgoto de Araçás (outro bairro do entorno) é todo jogado no Rio”.

Para agravar, as atividades em terra dos pescadores acontecem na Praia da Concha, local que abrigava os antigos barracões que lhes pertenciam - por direito costumeiro - onde seus petrechos de pesca e algumas embarcações eram guardados. Porém, este direito entrou em discordância com o direito formalmente instituído e traduzido nas novas leis ambientais, que proíbem construções em áreas de preservação permanente, como é o caso das antigas estruturas de apoio, uma vez que parte delas foi edificada na área do Morro da Concha.

A partir deste contexto, os pescadores foram comunicados pela Gerência de Recursos do Patrimônio da União (GRPU), que seus barracões seriam derrubados pelo poder de polícia que lhes cabia, e no dia oito de novembro de 2007, todos eles foram postos abaixo por ocuparem área de preservação permanente, de marinha e, pelo fato dos pescadores não estarem legalizados para ocuparem o local, lugar este que há mais de dois séculos lhes pertence por direito. Este fato ameaçou ainda mais a pesca tradicional da Barra do Jucu, pois os pescadores não possuem uma área alternativa para construir as novas estruturas de apoio projetadas dentro das normas ambientais, pois o único local passível de embarque e desembarque dos pescadores, em função das condições de mar, é a Praia da Concha.

É sabido que as denominadas Áreas de Proteção Permanentes (APPs) são áreas de grande sensibilidade, que devem conciliar os interesses econômicos e ambientais, com base numa gestão que defina normas de convivência entre os ecossistemas e as atividades antrópicas, sendo imprescindível assegurar o bem-estar das populações residentes, nomeadamente, das

populações tradicionais.

É natural que em área de proteção ambiental que compreende zonas pesqueiras, como no caso da Barra da Jucu/Praia da Concha, o homem do mar seja diretamente afetado no seu “modus vivendi”, muitas vezes produzindo profundas transformações sociais, intensificando o sentido ou sentimento de perda de importância das atividades pesqueiras, frente a outras atividades vinculadas ao lazer, ao turismo, à indústria de serviços, à cultura (PIRES, 2003).

Neste sentido, a aplicação de metodologias participativas emerge como estratégia referencial de criação de novos instrumentos de políticas públicas, utilizada pelo Poder Público, assim como por instituições da sociedade civil e pela comunidade acadêmica, inclusive como estratégia para o desenvolvimento de territórios em que se encontram presentes nas APPs.

Com efeito, atualmente, o conceito de metodologia participativa é utilizado para denominar metodologias de participação para planejamento de atividades em áreas de intervenção social. Essas metodologias vêm dando suporte à concepção apresentada, referenciadas no embasamento teórico da pesquisa-ação que procura conhecer e intervir em uma realidade, porém de forma conjunta entre proponente e beneficiário das propostas, considerando as dimensões históricas, éticas, políticas e socioculturais do conhecimento (THIOLLENT, 1988; VASCONCELLOS, 1998, apud ANDRADE et al, 2005).

Desta forma, a experiência ora relatada pretende avaliar o uso de metodologias participativas na intervenção dos mediadores sociais da Extensão Pesqueira na comunidade da Barra do Jucu, Vila Velha, ES.

Descrição de Experiência

Como a pesca tradicional secular, realizada na comunidade pesqueira da Barra do Jucu, resistiu até os dias atuais, os pescadores artesanais, apesar dos conflitos de uso e problemas ambientais, não buscaram por apoio efetivo e, se mantiveram quase que esquecidos pela sociedade local. Foi então, que há quatro anos foi iniciado um trabalho de extensão pesqueira institucionalizada junto aos 46 pescadores barreenses, hoje cadastrados, na busca de legitimar a garantia da continuidade da pesca artesanal tradicional da Praia da Concha, realizada na região costeira e em embarcações a remo.

Com o apoio da equipe de extensão pesqueira do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper, a intervenção junto aos pescadores foi iniciada utilizando metodologias participativas, que se fundamentaram, inicialmente, em captar as falas dos pescadores e, também no ouvir mutuamente, exigindo a aproximação entre técnicos e pescadores. Para efetivar as ações de Ater foram realizadas reuniões participativas, visitas e excursões técnicas, além de dois Encontros de Políticas Públicas voltados à Pesca Artesanal, momentos estes de promoção da cidadania e da inclusão social dos pescadores, conduzidos pelos representantes do Incaper, Pronaf, INSS, DRT, Ibama, GRPU e Prefeitura Municipal de Vila Velha, com o apoio do MDA.

Também foram oferecidas formações em organização social, boas práticas de manipulação, beneficiamento e processamento do pescado, tendo como instrutores os extensionistas multidisciplinares do Incaper, por meio de recursos oriundos de convênio com o MDA. Mas, estas demandas foram identificadas por meio de um diagnóstico rápido participativo (DRP), realizado junto aos pescadores locais pelos técnicos do Incaper e parceiros que estavam na Barra do Jucu participando do Curso de Metodologias Participativas e Comunicação Rural para a Atividade Pesqueira, ministrado por dois profissionais de excelência no assunto, Decio Cotrim e Josenildo

Resumos do VI CBA e II CLAA

Souza e Silva, que muito contribuíram para a introdução das metodologias participativas nas intervenções da extensão pesqueira local.

A partir deste momento foram construídas pelos pescadores locais juntamente com os extensionistas em questão, estratégias que relacionam sociedade-natureza como forma de valorização das identidades históricas, fundamentais em função das leituras que o pescador (a) faz da relação, homem, natureza e espírito, tripé para a construção da co-evolução e o diálogo de saberes estabelecido ente as gerações, conforme preconizado por Josenildo. Concebe-se que, localmente, este saber pode ser transformado em um processo educativo utilizado como um instrumento multiplicador necessário para a transformação sócio-ambiental, resgate e fortalecimento do patrimônio genético e cultural, neste caso, da comunidade local.

Portanto, quando do acontecimento da derrubada dos barracões, outro DRP foi realizado, e esta metodologia participativa proporcionou um marco para a questão da organização social dos pescadores locais. Eles até hoje são um grupo informal, não amadurecido para se associar, mas muito mais preparado para a construção coletiva. Este fato provocou o despertar dos pescadores sobre a importância de se unir e de se organizar. Conforme suas falas: “há males que vem para bem”; “tem que formar uma só bateria e tocar a mesma música”; “até então não tinha união”; “daqui para frente à união vai ser maior”.

Os DRP elucidaram a organização e mudanças de atitudes do grupo, pois desde quando souberam acerca da derrubada dos barracões, eles se reuniram quase todos os dias com os técnicos do Incaper, parceiros, moradores e representantes do terceiro setor. Reconheceram em suas falas que são acomodados, alheios às informações, tanto é que foram pegos de surpresa com o comunicado do GRPU, mesmo sabendo que os barracões há anos estavam ameaçados de demolição. Isto demonstrou que não buscavam solucionar suas pendências, tão pouco se organizavam, o que os remetiam à discriminação, como foi abordado: “tudo de ruim que acontece na Praia da Concha é culpa do pescador”.

Neste sentido, em consonância com a nova realidade e dispostos a implementar novas atitudes, eles propuseram de agora em diante efetivar ações de limpezas periódicas. Conforme suas falas: “todo mundo sabe que ninguém teve consciência ambiental até hoje e, que tem pescador que nem ao menos faz a sua parte - larga lixo e restos de peixe na praia”. “Os pescadores têm que fazer algo de bom para o ambiente, pois tudo de ruim cai sobre o pescador” – outra fala relacionada à discriminação. “De agora em diante tem que se unir para a questão ambiental”. “Não adianta discutir o passado, agora a postura tem que ser outra”.

Em suas falas “o Incaper é o único órgão que se preocupa realmente com eles”, pois “a Colônia, Seap e Ibama não apóiam a gente “. Na verdade eles se sentem esquecidos, mas reconhecem que não buscam apoio e que, muitas vezes nem contribuem com a Colônia. Alguns disseram desconhecer o papel desta, mas outros vêm nela um apoio para a classe.

Então, eles buscaram pelo apoio do Incaper e de moradores locais, um cientista social e um zootecnista, além da comunidade local. A equipe de técnicos os orientou, os organizou e, hoje, pela união dos mesmos, contam com apoio jurídico gratuito, técnico e político.

Resultados

O retorno das informações sistematizadas, colhidas pelos DRP promoveu a construção de um plano de ação dos pescadores junto à equipe de técnicos, onde as responsabilidades foram atribuídas, democraticamente, a partir da identificação dos pontos negativos expostos.

A utilização de metodologias participativas junto à comunidade tradicional pesqueira da Barra do

Resumos do VI CBA e II CLAA

Jucu fortaleceu o grupo de pescadores, fortemente atingidos pela nova realidade social e legal, despertando o potencial de participação e de emancipação dos indivíduos. Eles entenderam que as ferramentas participativas construíram documentos que os legitimam como comunidade tradicional, além da atividade pesqueira local e da condição de pescadores profissionais artesanais.

Entenderam também, que a pressão popular embasada na organização, no fortalecimento das bases e das representatividades, não precisa de agressões, violência ou culpados para sensibilizar as autoridades sobre os fatos. E, que a mídia televisiva e escrita, sendo acionada no momento certo, pode transmitir os seus clamores, além de que as metodologias participativas contribuem de forma determinante para o comprometimento dos pescadores em continuarem unidos para resolverem suas questões e garantirem a pesca na comunidade.

Vale ressaltar, entretanto, que apesar de toda a intervenção dos extensionistas e da organização conseguida dos pescadores, seus petrechos estão sendo roubados e estão estragando no tempo, porque a construção de novas estruturas de apoio prometida, se esbarra na ocupação de área do Parque Natural Municipal de Jacarenema, o qual não possui seu Plano de Manejo, o que inviabiliza o projeto, por ser APP.

Referências

ANDRADE, H.M.L.S. *et al. Metodologia participativa como ferramenta e estratégia utilizada pela INCUBACOOOP para a inclusão social de grupos populares em Recife-Pernambuco*,. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/metodologia_participativa_incubaccop.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2009.

PIRES, M.L.L.S. *A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da exclusão: a via cooperativa em debate*. Recife: Bagaço, 2003.

PEDRINI, A.G. (Org). *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Petrópolis: Vozes, 1998. 123 p.